

«E o povo, mais uma vez enganado, nas vésperas da mais desastrosa derrota da sua História, cantava nas ruas e nas praças que jamais seria vencido».

M. Pereira Crespo

ANO XXI 24-11-77
(Preço avulso: 5\$00) N.º 650

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 62536 LOULE

A Voz do Algarve

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

PORTO
PAGO

OS PORTUGUESES E O PODER

Parece que a crise está instalada e, por isso, talvez não seja rigoroso chamar-lhes crise. Esta, é um fenômeno extemporâneo e cíclico: aqui, parece que está definitivamente integrada no nosso sistema político e terá que construir um dado habitual numa qualquer análise à vida pública portuguesa.

Aqueles que, como eu, tinham algumas veleidades de passar na Europa o resto dos seus dias, terão que se desiludir, a menos que persistam em continuar a viver essa sua ficção.

Portugal, hoje, vive, na zona do poder, uma mistura de coisas que tem simultaneamente que ver com a incompetência, a improvisação, a «gaucherie», os inconfessáveis interesses de grupo, a irresponsabilidade, a intriga de palácio, a partilha negociada do poder e que fizeram, da máquina política e administrativa deste País, o maior e mais convincente monumento à impotência nacional. Da democracia, pouco mais nos resta do que a forma de designação do poder, o que — temos que convir — ainda é o principal.

Sendo evidente que o cidadão português, no antigo regime, não vivia num mar de rosas, a verdade é que passados três anos, o aparelho económico, que fora programadamente desmantelado, continua sem vislumbre de recomposição; os hospitais funcionam pior e a previdência, idem; as desigualdades sociais aumentaram e a miséria tornou-se mais acentuada e visível; os salários e os níveis de vida voltaram aos

dos anos sessenta e, quanto ao desemprego, é melhor não entrar em comparações; ao desaparecimento dos privilégios sociais duma minoria abastada sucedeu a criação duma nova aristocracia operária e burocrática com maiores e mais acintosos privilégios de dinheiro e de poder; as universidades continuam a ser para os filhos da burguesia e, — possivelmente, para não criar de- (continua na pág. 4)

PARA MELHOR CUMPRIR A SUA ABNEGADA MISSÃO

Bombeiros Municipais de Loulé dotados de radiocomunicações e novo veículo-grua

Com a expansão urbana e o crescimento populacional do Concelho, ampliaram-se sensivelmente as responsabilidades dos Bombeiros Municipais de Loulé, que perante as solicitações decorrentes e a noção clara das suas implicações, procuram preparar-se e modernizar-se, convenientemente, para poderem corresponder a qualquer eventualidade e emergência que solicitem a sua intervenção.

Cabe referir que atendendo, estrategicamente, aos seus préstimos (a não desperdiçar), sempre prontos e deseados, esta prestimosa corporação recebeu por intermédio da Inspeção de Incêndios da Zona Sul, do Serviço Nacional de Ambulâncias e Câmara Municipal de Loulé um eficiente equipamento de radiotelefones (transmissor-receptor), avaliado em cerca de 400 contos.

Ficou assim, tanto a sede da corporação em Loulé, como o respectivo parque automóvel (de combate a incêndios e ambulâncias) devidamente capacitados a estabelecerem contactos imediatos com outras corporações congêneres de todas as zonas do Algarve e ainda com o Hospital de Faro.

Para conhecimento de quem nisso

O ALGARVE precisa de água!

Prezado Piedade Barros

Já «enreguei» novamente ao arado. Por outras palavras após um mês de férias na minha casinha serrana e algarvia voltei ao escritório; voltei ao trabalho e sem o querer

estou mais uma vez entulhado na boataria política que brota por todos os lados.

Certos meios de comunicação social de acordo com o cariz político a que obedecem, salvo raras e honrosas exceções, manipulam «aparidamente» os factos ou simples «bocas» que recolhem no quotidiano a ponto de, quantas vezes, conseguirem inverter o seu conteúdo inicial.

Este tipo de manipulação é extremamente grave pois as notícias criadas ou transformadas são imediatamente lançadas em todas as direções. Em escassas horas chegam a Bragança ou à Nave do Barão e... aos meus cansados e doloridos ouvidos em sussurro de café, conversa de autocarro, relato confidencial do graxa ou via «mulherio» à hora das sopas.

Pergunto: como é possível com a avalanche de boatos caldeados com a (continua na pág. 2)

Inventário do Património Literário deixado pelo Dr. Francisco Ataíde

É com efeito vasto, o património deixado pelo Dr. Francisco Ataíde e poucos se poderão vangloriar de o possuir integralmente.

A Biblioteca do Município de Loulé só tem uma parte, a qual, compreensivamente, a salvaguarda de empréstimos para fora da sua alçada. Todos os livros que ali albergam, são classificados como reliquia e considerados, escrupulosamente, de obras de consulta.

Para conhecimento de quem nisso

esteja interessado, aqui damos à estampa a lista completa da bibliografia do dr. Francisco Ataíde: Monografia de Paderne; Monografia de (continua na pág. 5)

PROJECTO DE LEI subscrito pelo PSD

condena organizações de indole fascista

Por intermédio do Grupo Parlamentar do PSD recebemos o teor de um projeto de lei, respeitante a «Organizações que perfilhem a ideologia Fascista», do qual extratamos alguns passos:

Depois de preambularmente se fazer citação à Constituição e lembrar o dever que recaiu sobre a Assembleia da República («dotar o País de uma lei capaz de assegurar a defesa eficaz do Estado democrático contra as arremetidas de antigas e novas forças fascistas e totalitárias»), o referido documento frisa que é «necessário prevenir todas as formas organizadas de violação dos princípios do Estado de Direito, visando o acesso ao poder ou a imposição de formas de Governo à margem da vontade expressa do povo; reprimir todas as organizações dirigidas contra os princípios do pluralismo po-

ALGARVE

A Associação Britânica de Agentes de Viagens (mais conhecida por ABTA) é um organismo que tem por objectivo elucidar e, naturalmente, aconselhar os ingleses a escolher os melhores locais para gozo de férias dos milhões de cidadãos britânicos cujo nível de vida lhes per-

- FULCRO DE TURISMO INTERNACIONAL

mite sair da sua terra e, livremente, escolherem o país que mais lhes agrade conhecer.

EMBAIXADOR BRITÂNICO VISITOU O ALGARVE

Lord Moran, Embaixador da Grã-Bretanha em Portugal e sua esposa, Lady Moran, visitaram oficialmente o Algarve de 14 a 18 últimos. O referido Embaixador, que ficou instalado em Portimão, avistou-se, durante a sua estadia, com o Governador Civil, Comandantes Militares e Navais e ainda com representantes dos Partidos Políticos desta Província.

Lord e Lady Moran foram acompanhados nesta sua visita pelo sr. P. Westbrook, primeiro secretário da Embaixada.

A seguir extractamos os dados biográficos essenciais de Lord Moran.

Nasceu em 22 de Setembro de (continua na pág. 2)

criaram ao longo de vidas de trabalho, de lutas e sacrifícios sem conta. Esses homens decidiram por isso criar o Movimento Nacional de Empresários Usurpados para fazer valer os seus direitos junto do Governo português, que apoiou e até consentiu essa clamorosa violação (continua na pág. 5)

Sempre se ouviu dizer que a instrução não é sinónimo de educação. No dia a dia de todos nós encontramos, a cada passo, manifestações de carácter «burrístico» levadas a efeito por pessoas com formação universitária, e não só, pois é exac-

(continua na pág. 2)

TENDE A AUMENTAR A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM 1978

Segundo os dizeres de um relatório da autoria do Comité Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), deverá aumentar consideravelmente, durante o próximo (continua na pág. 8)

COOPERATIVAS COMUNISTAS:

A legalização do roubo

Homens válidos, dinâmicos e empreendedores deste país que cometem o «crime» de criar empresas e postos de trabalho e que, através deles, fomentaram o progresso e a riqueza nacional, proporcionando bem estar a milhares de portugueses, erguem finalmente a sua voz de justa indignação por se sentirem injustamente roubados de bens que

O ZÉ DESAPONTADO:

BACALHAU...
Adeus! Adeus!

(LER PAG. 4)

O Algarve precisa de água!

(continuação da pág. 1) ocorrência de importantíssimos factos político-sociais e, ainda, com a ausência, o que é muito pior, de eventos indispensáveis a um viver occidental não ficarmos moralmente abalados e muitos de nós com o cérebro lavado ou com a vontade manipulada no sentido das acções socialmente inúteis?

Ouvi, há momentos, 30/10/77, — via rádio — pela boca do mais alto prelado do Algarve a resposta a esta minha interrogação, que tento reproduzir: «Há que separar o trigo do joio com adequado espírito crítico...»

Tentarei seguir tão judicioso conselho e exorto todos os algarvios a fazê-lo a fim de que o abraço tentacular da alienação suscitada pela imprensa, rádio e televisão não nos estrangule psíquica e intelectualmente.

Mas o motivo desta minha carta é o habitual alinhavar de algumas reflexões sugeridas pelos meios de comunicação social já que outras fontes informativas de maior credibilidade não me chegam às mãos. O tema da reflexão de hoje continua a ser o «estafado», por repetido, mas fundamental para a população do Algarve, abastecimento de água para rega, para a indústria e para fins urbanos-turísticos.

Concordo que a temática, que tão insistentemente abordo nas cartas que lhe escrevo, não passa de um vulgar lugar comum para o comum dos algarvios: mas, facto é, infelizmente extremamente comum, a falta de água em quase todo o Algarve e, onde por ventura exista, não é abundante e, na maior parte das vezes, pouco potável.

Em todos os jornais algarvios, que semanalmente devoro, podem ler-se amiúde locais clamando pelo precioso líquido com maior incidência e repetição no período de maior consumo que se alastrá por toda a época estival. Em eco, demonstrativo da acuidade do problema, a imprensa lisboeta também por sua vez se tem referido à falta de água no Algarve.

De Boliqueime chegou-nos mais um brado das suas gentes que continuam sem o benefício do elemento básico para um viver normal; continuam sem água domiciliária. Segundo afirma recente comunicado da política local: «antiga é a luta da população da freguesia de Boliqueime no concelho de Loulé, em vista a conseguir o abastecimento de água ao domicílio», — Dia 23/9/77 —, mas até agora ainda não conseguindo.

Luta também pela aquisição do mesmo elemento essencial, além de outras localidades, a vila de Albufeira já que a água que possui não lhe é suficiente. Pela boca do presidente da Câmara Municipal, Xavier Vieira Xufre, — DN, 11/10/77 — sabe-se ter faltado, mais uma vez, água no Verão passado o que seriamente afectou os albufeirenses e todos os turistas atraídos pelos inigualáveis atractivos da Vila e das suas lindas praias.

Dois acontecimentos não únicos no Algarve e evidentemente intoleráveis num período em que se fala tanto na melhoria das condições de vida da população, representativos do endémico problema que afecta todo o

Algarve e que só por si pode levar à estagnação económica e à criação de problemas de saúde pública graves.

A água é necessária ao desenvolvimento do Algarve. Afirmão tantas vezes repetida na ânsa de se ver realizada uma verdadeira política da água para toda a província algarvia. Repiso novamente para sermos ouvidos as seguintes tão simples perguntas cujas respostas — realizações sei serem difíceis: como intensificar a agricultura algarvia tipicamente minifundiária? Como desenvolver a indústria, actividade económica predestinada a receber a população excedentária dos campos e doutros sectores em regressão económica na província? Como fornecer água para fins urbanos-turísticos?

Velhas questões por tantos levantadas mas desgraçadamente ainda tão actuais e bem sentidas pela população, administração e técnicos algarvios.

Ainda recentemente — 8/10/77 — em Silves, centro de um regadio privilegiado — obra da outra senhora e dos silvenses — os agricultores algarvios ali reunidos da

Pró-Associação dos Agricultores do Algarve e Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Silves, das 13 conclusões a que chegou o consenso geral dos 150 membros presentes, ressaltou-me a seguinte: «concluir as barragens já iniciadas, assim como a em projectos».

A lavoura quer água por sentir nas suas próprias carnes que sem ser precioso líquido não pode intensificar o cultivo dos seus campos. E sem intensificação cultural, que o regadio permite, como melhorar a economia das empresas algarvias que primam pela reduzida dimensão? A experiência colhida nas transformações culturais que ao longo de todo o Algarve se têm realizado, substituindo o sequeiro pelo regadio, confirmam maior rentabilidade deste último aproveitamento pela maior facilidade de colocação dos produtos horto-frutícolas no comércio e pelos preços mais compensadores obtidos. Daí o lavrador algarvio querer água indo procurá-la aos «abismos» que cada vez menos água lhes fornece.

ANSELMO DO Ó

(continua)

ALVES & MARTINS, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odilia Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 25 de Outubro fundo, lavrada de fls. 40, v.º a 42, do livro n.º B-51, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Joaquim Morence Martins e João Manuel de Oliveira Alves, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma «Alves & Martins, Lda.», e tem a sua sede na Avenida Infante de Sagres, na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé.

2.º — A sua duração é por tempo indeterminado, iniciando hoje a sua actividade.

3.º — O objecto da sociedade é o exercício da exploração da indústria hoteleira e comercialização de produtos avícolas, no entanto, poderá dedicar-se ao

exercício de qualquer outro ramo de comércio ou indústria, que os sócios acordem e não seja proibido por lei.

4.º — O capital social integralmente realizado em dinheiro é de 400 000\$00, e dividido em duas quotas de 200 000\$00 cada, uma de cada sócio.

5.º — A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre os sócios, porém, a estranhos depende do consentimento da sociedade e dos sócios, não cedentes.

6.º — A gerência e administração da sociedade dispensadas de caução — com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral — compete a ambos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes, sendo necessária a intervenção de ambos os sócios para obrigar a sociedade, nos seus actos e contratos.

Em actos de mero expediente basta a assinatura de um gerente.

§ 1.º — Os gerentes podem delegar entre si ou em pessoas estranhas à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, mediante procura.

§ 2.º — É proibido aos gerentes obrigar a sociedade em fianças e abonações, letras de favor e em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

7.º — Quando a lei não prescreva outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por carta registada dirigida aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 5 de Novembro de 1977.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

ESCOLA DE CONDUÇÃO LOULETANO, LDA.

LOULÉ

O sócio MANUEL DIONÍSIO MADEIRA, cede 20% da sua cota nesta sociedade.

Tratar com o próprio — Telefone 62302 — LOULÉ.

(3-2)

DOUTOR «VIRADO» VENDEDOR DE CABRITOS

(continuação da pág. 1) tamente onde a «burrice aguda» não deveria existir.

A palavra «doutor» serve para designar determinada pessoa que adquiriu, à custa do herário público, uma formação superior.

O povo chama «doutor» não só ao médico ou ao economista mas também ao teólogo e ao jurista e sobretudo a muitos outros sem curso superior. Em tempos, quando andava pelo bancos da Escola Secundária, já aos professores, mesmo aos de dactilografia, sem formação universitária, se chamava de «doutores».

Existem «doutores» de qualquer faculdade que hoje se dedicam às mais disperas actividades, excepto àquela que corresponde à sua formatura. — Conheço-os dedicando-se à Agricultura, à Construção Civil, a Negociantes de Gado, não escondo, apesar de tudo, a sua formação em nada relacionada com este tipo de actividade. Não os critico, como é evidente, pois a «iniciativa privada» como alguns defendem, é necessária à economia (certo tipo), pois se a isto ou aquilo se dedicam é porque para tal sentem aptidão.

Calculem que há dias um desses senhores apareceu no comércio local a vender cabritos. É claro que a Ti'Chica e a Ti'Maria ficaram verdadeiramente espantadas.

Dizia o «vendedor de cabritos». São bons e mais baratos que o preço correto! — Penso que, certamente, eram de «candonga», mal conservados, isto é, em franco estado de putrefacção, pois na realidade os bons, «cabritos», estão escassos e muito caros. É a lei da oferta e da procura, por demais sabida dos coronéis, digo, vendedores de cabritos cá do sítio. De acordo com opinião popular e mesmo da Ti'Chica e da Ti'Maria que presenciaram a tal promoção para a venda dos tais cabritos baratos, foi tão mal feita, com palavras e gestos tão atabalhoados, com voz tão nervosa, que os próprios transeuntes se riram pela falta de jeito deste «negociante de cabritos». Devo esclarecer que a venda, melhor, tentativa de venda, foi feita em plena via pública, pelo que devido ao barulho das motorizadas, o «vendedor» teve de gritar a plenos pulmões, já que o pseudo interessado na mercadoria barata se encontrava a algumas dezenas de metros, segundo opinião de fonte bem informada, a Ti'Chica e a Ti'Maria.

O certo é que a moda pegou e

hoje toda a gente se pergunta se valerá a pena estudar tanto para vender cabritos.

Sempre se ouve, vê e diz cada um «doutor» virado vendedor de cabritos. Profissão certamente mais rentável que a anterior. É de continuar doutor, mas à cautela e aqui onde ninguém nos ouve devo dizer-lhe que deve melhorar os gestos, as palavras e a forma de abordar os seus futuros e, sobretudo, os actuais clientes. Inscreva-se num curso de formação profissional acelerada.

A Ti'Chica e a Ti'Maria bem o comentam e recomendam.

«Fim de citação».

Gregório de Sousa

EMBAIXADOR BRITÂNICO visitou o Algarve

(continuação da pág. 4) 1924. É filho de Lord Moran, que foi médico pessoal de Sir Winston Churchill.

Educado em Eton e no King's College em Cambridge.

Durante a Segunda Grande Guerra assentou praça no navio «HIS» Belfast, sendo mais tarde promovido a subtenente. Serviu também em vidas torpedeiras e no contra-torpedeiro «HMS» Oribi.

Tendo ingressado no Foreign Office em 1945, o seu primeiro posto foi o de 3.º Secretário em Ankara de 1948 a 1950. Foi colocado em Tel Aviv em 1950 e, como 2.º Secretário no Rio de Janeiro, em 1953. Esteve em Washington de 1959 a 1961. Conselheiro da Embaixada Britânica na África do Sul de 1965 a 1968. Regressou ao Foreign Office a partir de 1968. Embaixador não-residente no Chade de 1970 a 1973, e em Budapeste de 1973 a 1976.

A sua biografia de Sir Henry Campbell-Bannerman ganhou o prémio «Whitbread» em 1973. Casou em 1945 com Shirley Rowntree Harris. Têm dois filhos e uma filha.

O Embaixador chegou a Portugal no fim de 1976.



Armelim Contreiras & Gonçalves, Lda.

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Resid.: Rua dos Combatentes da
G Guerra, N.º 14-1.º-Esq.
Telef. 62919
Stand: Rua Diego Lobo Pereira

(Largo do Chafariz)
Campina de Cima
LOULÉ

BRANDYMEL

ESPECIALIDADE DE MEL PURO

E FRUTOS DESTILADOS

Recomenda-se aos apreciadores

RECUSE AS IMITAÇÕES

CLONA-Mineira de Sais Alcalinos, SARL

Quinta de Betunes - LOULÉ

EXERCÍCIO DE 1976

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

ACTIVO

DISPONÍVEL
Bancos c/ Depósito à Ordem
Caixa/Lisboa
Caixa/Loulé

83 391\$20	114 075\$80
47 442\$30	130 833\$50
	244 909\$30

REALIZÁVEL
Clientes
Devedores e Credores
Fornecedores

4 108 074\$30
292 158\$50
1 238 314\$60

IMOBILIZADO
(Não sujeito a deperimento)
Acessos e Galerias
Armazém (Existência em)

3 500 000\$00
477 528\$40

(Sujeito a deperimento)
Despesas de Instalação
— Amortização
Equipamento
— Reintegração
Equipamento/Reparações
— Reintegração
Estudos e Pesquisas
— Reintegração
Instalações/Reparações
— Reintegração
Máquinas e Motores
— Reintegração
Móveis e Utensílios
— Reintegração
Veículos e Atrelados/Rep.
— Reintegração

49 167\$90
117 657\$60
375 510\$30
980 048\$50
327 598\$10
652 450\$40
254 466\$60
93 539\$20
160 927\$40
39 166\$60
39 166\$60
— \$—
452\$90
64\$70
388\$20
420 982\$00
229 125\$40
191 856\$60
83 069\$30
13 043\$10
70 026\$20
7 581\$80
3 790\$90
3 790\$90

SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA

De Acumulação:
Ganhos e Perdas — Saldo apurado
no fim do Exercício 1975
Ganhos e Perdas — Saldo de «Exercícios
Findos» no fim do Exercício de 1976
Ganhos e Perdas — Saldo das actividades
Ref. Exercício de 1976

19 995 355\$15
112 645\$20
1 874 833\$55

CONTAS DE ORDEM

Devedores por Garantias Prestadas
Devedores por Letras Resgatadas

48 200\$00
2 392 718\$30
33 298 769\$00

O TÉCNICO DE CONTAS
Abel Alves da Silva

PASSIVO

Bancos c/ Adiantamentos 989 040\$90
Bancos c/Depósitos à Ordem 4 218\$50
Clientes 529\$00
Devedores e Credores 669 038\$00
Fornecedores 3 026 062\$90
Recebimentos por Antecipação 1 500 000\$00
Sepulchre c/ Litigiosa 1 140 691\$40
Imposto de Transacções 10 290\$00
Letras a Pagar 4 647 828\$40
Obrigações e Resp. Sociais 8 265 770\$80
Ordenados e Salários 485 174\$10
Títulos de Crédito 885 963\$00
Trabalhadores em c/ Corrente 161 064\$50
Ministério do Trabalho 500 000\$00 22 285 671\$50

SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA

Capital 7 500 000\$00
Conta Nova 13 097\$50
Reserva p/ Reavaliação 3 500 000\$00 11 013 097\$50

CONTAS DE ORDEM

Garantias Prestadas 48 200\$00
Letras Resgatadas 2 392 718\$30 35 739 687\$30

Lisboa, 4 de Abril de 1977.

A ADMINISTRAÇÃO
Manuel Pereira Júnior

DESENVOLVIMENTO DA CONTA «GANHOS E PERDAS» EM 31 DEZEMBRO DE 1976

DÉBITO

SALDO ANTERIOR
SERVIÇOS DE PRODUÇÃO
Exploração Mineira 7 221 737\$80

SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO
Equipamento, Manut. e Func.
Oficinas 462 263\$00
Transportes Privativos 1 943 275\$80
225 733\$20 2 631 272\$00

SERVIÇOS DE ADMINIST. CONT. E EXP.
Gastos Gerais Administração 1 171 172\$80

AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES
Do Activo Imobilizado

EXERCÍCIOS FINDOS
Saldo desta Conta

O TÉCNICO DE CONTAS
Abel Alves da Silva

CRÉDITO

Valor da Produção ao Preço de Venda
Produtos Extraídos 9 973 334\$65
Prejuízos Apurados
Ref. à Actividade 1976 1 874 833\$55
Ref. a «Exercícios Findos»
(Saldo deved. apres. neste
Exercício) 112 645\$20 1 987 478\$75

Prejuízos Anteriores 19 995 355\$15 21 982 833\$90

31 956 168\$55

Lisboa, 4 de Abril de 1977.

Ex-mos Senhores Accionistas:
No exercício de 1976, apesar de

toda a boa vontade e persistência da Administração no sentido de serem criadas as condições mínimas para

se conseguir um ritmo de normalidade na produção possível, não se conseguiu tal objectivo porquanto os trabalhadores continuaram a, como vêm sendo habitual, trabalhar somente o necessário para realização

do suficiente ao recebimento dos seus salários.

De tal atitude resultou, como é óbvio, que problemas já referidos no relatório referente ao exercício de 1975, continuassem sem solução.

Esta Administração continua porém confiada que o Governo venha a publicar legislação destinada à definição de posições onde possam assegurar legalmente as medidas condu-

centes à iniciação da regular recuperação da economia da Empresa.

Posto isto, não queremos deixar de referir, por nos parecer oportunamente com a que foi obtida no exercício de 1975. Por isso e também porque os preços de venda se traduziram por um aumento médio de Esc. 29\$70 por tonelada, o montante do valor da produção foi superior em cerca de Esc. 1 507 000\$00 ao

o volume de extração de sal gema minimamente possível e necessário, ainda se cifrou por um ligeiro aumento (665 toneladas) comparativamente com a que foi obtida no exer-

cício de 1975. Por isso e também porque os preços de venda se traduziram por um aumento médio de Esc. 29\$70 por tonelada, o montante do valor da produção foi superior em cerca de Esc. 1 507 000\$00 ao

que se apurou no exercício anterior.

CUSTOS POR ORDENADOS E SALÁRIOS E CORRESPONDENTES ENCARGOS SOCIAIS — O montante destes custos foi superior em cerca de Esc. 338 000\$00 ao que se verificou no exercício anterior. De referir que tal montante no valor de Esc. 8 770 835\$10 corresponde a

(continua na pág. 6)

O ZÉ DESAPONTADO: «BACALHAU... ADEUS! ADEUS!»

Já não vem longe o Natal, e com ele na ideia o Zé é levado à nostalgia (que não «lamechismo») das tradições que se foram e não voltam.

Entre elas há lugar particular para o «fiel amigo», o bacalhau.

Atento o Zé ao que os jornais dizem e desdizem, a sua curiosidade sempre latente foi mais uma vez desperta por um prosaico e nada transcendente assunto que diz respeito ao apetitoso e hoje precioso manjar.

É que ficou a saber, de princípio com incontido alvoroço, que havia sido importado, para o cabaz natalício, umas tantas toneladas. Mas o seu precipitado entusiasmo logo de pronto arrefeceu, quando veio a saber que o bacalhau adquirido não iria chegar para as encomendas e muito menos para o seu prato.

Ora com isto é que o Zé não contava.

Como privá-lo de uma ementa que noutros tempos lhe foi familiar e banal?

O Zé já sabe o que à volta do seu «fiel amigo» se passa... Já sabe que a frota bacalhoeira só pode pescar uma quantidade quase simbólica; já sabe que a voracidade e o

olhalo dos especuladores tratam de exibir as suas artes malabares para o sumir do mercado; já sabe que os preços do raro que aparece atraem o menos timorato; já sabe que dispensas há onde o bacalhau não é novidade, nem raridade...

O Zé admite que tenha de o renunciar definitivamente.

Contudo, o que não pode é convencer-se e conformar-se de que será privado da despedida.

Despedida essa que seria acompanhada de condizentes libações, como dois caras que se separam para já mais ver.

Para já não soa e por outro lado não rima. Dizem que o «Kril» (não caril, claro está, é um pequeno crustáceo muito abundante na Antártida e que para ser consumido é previamente convertido a uma massa alimentar.

O Zé, ouve, ouve e fica a magiar... por mais voltas e reviravoltas que deem outro como o seu «ex-fiel amigo» não torna a aparecer.

Bacalhau... Adeus! Adeus!

MACHO
O Zé Ningúém

ENCONTRO DE TEATRO AMADOR NO ALGARVE

Procurando apoiar e desenvolver um movimento de novo interesse pelo Teatro Amador que se está verificando em todo o Algarve, vai a Comissão Regional de Turismo, com o patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura, da Direção Geral de Turismo, do FAOJ do INATEL, levar a efeito, de 5 a 11 de próximo mês de Dezembro, o Encontro do Teatro Amador no Algarve cujo principal objectivo é o de proporcionar um contacto mais íntimo e directo dos grupos de Teatro Amador algarvio com grupos congêneres de outras localidades do País e personalidades de uma maneira ou de outra ligadas ao Teatro.

Paralelamente procurar-se-á promover uma série de espectáculos teatrais em localidades onde existem agrupamentos de amadores ou que, de certo modo, estão privadas deste tipo de manifestações artísticas e

culturais. Assim, o Encontro do Teatro Amador no Algarve será, simultaneamente, um pequeno festival e um pequeno congresso.

Será aproveitada esta oportunidade para, em homenagem comemorativa, se assinalar o 20.º Aniversário da fundação do Grupo de Teatro Lethes, de Faro, que, ao longo da sua vida, tem sido nesta província, o grande veículo da difusão da Arte Teatral e muito merecida e justamente se impôs como um dos mais prestigiados e distintos grupos de teatro amador do País.

A fim de corresponder a todos estes objectivos o Encontro do Teatro Amador no Algarve englobará uma série de espectáculos, colóquios, sessões de trabalho e encontros dos elementos artísticos e técnicos dos grupos locais com os seus camaradas dos grupos visitantes e outras personalidades convidadas.

JOSÉ GUERREIRO MARTINS, LDA.

CONSTROI E VENDE APARTAMENTOS

OPORTUNIDADE DESTE MÊS:
1 Prédio em Loulé
1 Apartamento em Faro

Av. Infante de Sagres — Telef. 65457 — QUARTEIRA

(10-2)

ECOL

UMA EMPRESA MODERNA E DINÂMICA
AO SERVIÇO DO CONSUMIDOR

OVOS — FRANGOS — PATOS — PERÚS

Departamento em ALMADA
Telef. 2760674

Sede e Centro
Telef. 62254 — LOULÉ

Os Portugueses e o Poder

(continuação da pág. 1)
sigualdades com aqueles que continuam a ali não ter entrada — nem lhes ensinam nem eles estudam; a representação sindical funciona como correia de transmissão de um partido aos interesses dos trabalhadores, os operários, além de não poderem ter intervenção na vida pública fora desse âmbito, continuam impossibilitados de enfrentar os poderes político e económico e, agora, o poder sindical. O trabalho de cada um deixou de ser compensado mediante o seu mérito. A iniciativa e a capacidade de criação têm vagas e inseguras hipóteses de concretização e realização. A ineficácia económica do sector estatizado é total, ao ponto de ter resolvido as dúvidas até então existentes sobre as vantagens e os inconvenientes das nacionalizações.

(Nomeadamente os Portugueses ficaram a saber, que o senhor António Champalimaud, que era apontado como o símbolo do capitalismo odioso, nisto de fazer cimento bom, barato, suficiente com possibilidades de chegar ao consumidor era melhor do que os zelosos funcionários públicos de quem hoje depende o sector).

Parece que temos que ser levados a concluir que, em Portugal, só ainda sobrevive aquilo que em nada de essencial depende do aparelho político-administrativo. Este, transformou-se num tão fantástico e pernicioso instrumento de paralisação que as próprias couves parariam de crescer se tivessem de estar sujeitas à mais comezinhas autorização.

Temos que concluir que não somos capazes de viver em democracia? Teimo em dizer que somos. Mesmo dando algum desconto à minha ingenuidade julgo que, raras vezes, como no dia 25 de Abril, um povo terá estado mais ansioso e disposto a colaborar num projecto colectivo que tivesse que ver com a pacificação da vida portuguesa no trabalho, na justiça, na cooperação e na liberdade.

Como foi possível e a quem cabe a responsabilidade de, três anos depois, a sociedade portuguesa estar mais dividida ainda do que no tempo do antigo regime? Quem é que, a partir daquele dia, iniciou, à margem da legalidade democrática, uma constante e programada perturbação da vida portuguesa com vista à conquista do poder, desmantelando o sistema económico, entregando o ultramar ao imperialismo soviético, ocupando o aparelho de Estado?

Quem é que aproveitando-se das limitações, das frustrações e dos traumas dos militares regressados da guerra colonial, exerceu uma degradante «direcção espiritual» que transformou cada pobre diabo fardado num fonógrafo de lugares comuns, ostensivamente primários e demagógicos? Quem teima em servir-se de todos os meios, menos os de ir buscar ao povo a legitimidade do poder, para se intrometer, intrigar, desenhar estratégias, construir esquemas, que ofendem frontalmente a vontade por tantas vezes inequivocadamente mostrada pela maioria dos portugueses?

O poder democrático tem que saber que não é possível admitir e muito menos colaborar com quem, sempre que é possível, se servirá de tipos de actuação à margem da democracia e que só espera o momento de saltar sobre ela para a destruir. A democracia é simples e exige claramente.

reza. O mal é que a vida política portuguesa está montada sobre uma estacaria de equívocos que parece que ninguém está interessado em clarificar. Diria que, em certos momentos da história, a própria democracia para se salvar precisa de homens excepcionais em termos de lucidez, coragem e poder de decisão. Infelizmente, parece que só temos homens banais...

A verdade é que o povo português assiste preplexo e magoado, ao espetáculo dos jogos do poder, em cenários que passam, subtil e inesperadamente, da América Latina ao Portugal dos Pequeninos. Perante tudo isto, que fazer?

Contudo parte da nossa população activa já deu, aos jogos do poder, a sua melhor resposta: emigrou. Sabe que não é nestes socialismos «sonanitas», como não o forá já nos autoritarismos passados, que pode encontrar um pequeno canteiro de condições onde, legitimamente, possa cultivar a esperança. E emigra, não precisamente para os socialismos epícos e «libertadores» mas para as democracias decadentes que, ao que parece, são as que melhor as-

seguram a segurança social, as que melhor reduziram as desigualdades sociais, eliminaram a miséria, elevaram os salários e os níveis de vida, puseram em questão os privilégios, asseguraram ao operariado os mais adequados meios de intervenção e afrontamento face aos poderes político e económico, salvaguardaram a propriedade e o resultado do esforço do homem e souberam retribuir conforme o mérito, o trabalho de cada um sem que, para tudo isso, tivessem que recorrer ao estado policial nem se sujeitarem ao ridículo de transformar o seu sistema económico num monstro de ineficácia.

E, os que puderem, aqui mesmo, não hesitam: por essa província, nos campos, nas fábricas, nas empresas que não tiveram a sorte de serem submetidas ao gênio dos gestores públicos, nas profissões livres, no ensino livre, em tudo o que possa escapar às franjas do poder, trabalhem e criejam. Se não forem esses a tratar da sobrevivência de Portugal, o poder político parece que não o vai conseguir.

Anónimo Alçada Baptista

«De «O Dia»

GOVERNAR

porque estas são informes, são inconscientes, não têm direitos. São rebanhos. E eles só podem governar sobre rebanhos.

Manuel Saldida

«A Voz de Loulé», 650 de 24-11-77

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

Anúncio

(1.ª publicação)

No dia 14 do próximo mês de Dezembro, pelas 10 horas, no Tribunal Judicial da comarca de Loulé, nos autos de ação especial de venda de penhor n.º 89/76 que correm termos pela 1.ª secção deste Juízo, em que é Autor o Banco Português do Atlântico e Rés Norwest Holst (Portugal) Urbanização Imobiliária do Algarve, Lda., sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Aldeia do Golf, Vilamoura — Quarteira, e Cristina Maria Palma de Bivar Branco, solteira, actualmente em parte incerta e com a última residência conhecida na rua Jorge Raposo, em Beja, há-de ser posto em praça pela 1.ª vez, para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor que adiante se indica, um prédio urbano térreo, destinado a habitação, sito na Aldeia do Golpe, em Vilamoura, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, casa H-3, descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé sob o n.º 36 203, a fls. 155 do Lv.º B-92 e inscrito na respectiva matriz sob o art.º n.º 2026, inscrito em nome da Ré Cristina Maria e que irá à praça no valor de 408 000\$.

AUSTERIDADE

Um decreto-lei determina a compressão das despesas públicas e um reforço da competência do Ministério das Finanças na prévia autorização daquelas despesas. No preâmbulo do decreto refere-se «a gravidade da situação cambial portuguesa e a influência desfavorável que nela exerce o défice do sector público».

Parturientes

Segundo revela o Instituto Nacional de Estatísticas, em 1976 deram à luz pela 20.ª, 21.ª ou mais vezes dezasseis parturientes. Com 18 partos anteriores registaram-se dez parturientes; com 17 partos, 19; com 16 partos, 31; com 15 partos, 63; com 14 partos, 104; com 13 partos, 188; com 12 partos, 350; com 11 partos, 555; e com 10 partos anteriores, portanto com onze partos, no total, 845 parturientes.

Convívio de Ginástica Desportiva em Faro

Realiza-se no dia 26 de Novembro do corrente ano, no Pavilhão Ginnodesportivo de Faro, das 15 às 18:30 horas, um Convívio de Ginástica Desportiva promovido pela Delegação da Dir. Geral dos Desportos com a participação de 300 crianças divididas pelos Núcleos de:

Montes de Alvor — Portimão — Silves — Mexilhoeira — Vila Real de Sto. António — Tavira — Monte Gordo — Soc. Orfeónica de Tavira — Casa do Povo de Moncarapacho — Sport Algés e Benfica — Junta de Freguesia de Sto. Estêvão — Olhão — Assoc. de Inf. e Cultura

Cavaquense — Soc. Rocha Cabenense, Faro.

Realiza-se nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro do corrente ano, em Faro, um Curso de Formação de Animadores «C» de Ginástica Desportiva, com a participação de 40 a 50 elementos, oriundos das seguintes localidades:

Monchique — Figueira — Mexilhoeira — Ferragudo — Estômbar — Lagoa — Montes de Alvor — Paderne — Tunes — Algôs — Silves — Messines — Alte — Faro — Concelho de Faro — Estoi — Olhão — Moncarapacho — Tavira — Vila Real de Santo António — Altura.

Loulé, 12 de Novembro de 1977.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga
O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

ASSIM NÃO HÁ DINHEIRO QUE CHEGUE:

CONCEDIDOS PARA AVALES A 164 EMPRESAS(!) 66 MILHÕES DE CONTOS

Até 31 de Outubro último, asceram a cerca de 66 milhões de contos o montante dos avales concedidos pelo Estado a 164 empresas, assim informa um comunicado da Secretaria de Estado do Tesouro transmitido aos órgãos de comunicação social. Da quantia citada, destinaram-se a avales que beneficiaram a imprensa estatizada cerca de 573 358 contos.

Segundo a mesma proveniência, entre as empresas beneficiárias encontram-se Brisa-Auto Estradas de Portugal, com 1 milhão e trezentos mil contos; a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (CP) com 4 522 776 contos; a Companhia Mineira do Lobito com 2 481 392 contos; a Companhia Nacional de Petróquímica com 4 348 906 contos; a

J. Pimenta com 463 533 contos; a Messa com 248 066 contos; a Metalúrgica Duarte Ferreira, com 394 954 contos; a Torralta com 1 490 250 contos; e a Supra-Companhia Portuguesa de Supermercados com 212 000 contos.

Além, evidentemente, de elevado número de empresas que em face a resultados deficitários foram socorridas por avales, individualmente menores dos acima citados.

Com estes enormes e tão sonhados «lucros» obtidos através das empresas nacionalizadas, agora já o Estado tem possibilidades de construir mais escolas, mais estradas, mais hospitais, mais casas, etc., etc..

Se o camarada Vasco ainda estivesse no Poder, hoje já viveríamos no «paráíso»...

ALGARVE

— Fulcro de Turismo Internacional

(continuação da pág. 1) da há países no Mundo onde as pessoas têm liberdade de sair do seu país quando lhes apetece, pois essa circunstância continua fomentando o progresso do Algarve.

Por isso o Algarve é hoje o fulcro do turismo internacional.

Por isso o Algarve é visitado, admirado, elogiado e preferido pelos milhares de estrangeiros que disfrutam do inefável bem de se poderem libertar do trabalho quotidiano e poder voar, voar até onde lhes apetece...

E é por isso que o aeroporto de Faro tem registado tão extraordinário momento.

...E há-de ter ainda mais porque a ABTA escolheu Lisboa para o seu XXVII Congresso Anual e porque a Comissão Regional de Turismo do Algarve convidou os seus 240 congressistas a visitarem a nossa bela província.

Para os homens que sabem ver para além do dia de hoje, foi uma magnífica oportunidade trazer até nós tão preciosa equipa de homens que junto do público britânico, fariam uma excelente propaganda da nossa linda província, cujo clima, em pleno mês de Novembro, foi de autêntico Verão durante a estada no Algarve dos nossos visitantes.

Sabemos que ficaram muito bem impressionados com os passeios que a C. A. T. A. lhes proporcionou aos locais de maior interesse turístico do Algarve, e também sabemos que ficaram encantados com os deliciosos pitões tipicamente algarvios que puderam saborear durante o jantar que lhes foi oferecido pela C. R. T. A. na Adega da Torralta, em Alvor.

Desde o típico «xerem», à sardinha assada, à alfarroba torrada,

passando pelos deliciosos pratos algarvios, confeccionados a esmero sob a competente e já famosa arte culinária do sr. Hermano Baptista, de Lagos, tudo contribuiu para que os nossos visitantes ficassem visivelmente bem impressionados.

Os deliciosos doces do Algarve e o nosso típico folclore foram também motivos de interesse para os agentes de viagem que, na Inglaterra, saberão transmitir as suas impressões a quem deseje visitar-nos.

BOMBEIROS MUNICIPAIS DE LOULÉ DOTADOS DE RÁDIO-COMUNICAÇÕES E NOVO VEÍCULO-GRUA

(continuação da pág. 1) acção onde quer que, dentro da sua latitude, se torne necessária a sua altruísta presença.

Compete-nos, por outro lado, assinalar que entrou também recentemente ao serviço, um veículo-grua, adquirido a importante empresa lisboeta por esta corporação, que para o efeito reuniu, anetiquadamente, os fundos necessários através de receitas apuradas em festas e subsídios que lhe foram conferidos.

No tocante à remoção de veículos danificados por acidentes, ficou assim a corporação habilitada a dispensar os seus serviços durante as 24 horas do dia, tanto mais que além desta grua, dispõe de uma outra mais antiga e certo mas que ainda se encontra operacional.

Entre os objectivos próximos desta meritória corporação, cuja concretização aguarda com compreensiva e natural expectativa, contam-se as escadas «Magirus», que lhe facultarão uma maior e suplementar capacidade ofensiva na luta contra sinistros deflagrados em prédios de grande porte.

Para obviar tão breve quanto possível este legítimo anseio de acuidade indesmentível, achamos pertinente lançar, neste jornal, um apelo

Auxílio americano 128 MIL CONTOS PARA ESCOLAS

No Ministério da Educação e Investigação Científica, foi entregue em data recente, pelo embaixador dos Estados Unidos em Portugal, Frank Carlucci, a importância de três milhões de dólares (cerca de 128 mil contos) respeitantes à primeira fase de um empréstimo dos Estados Unidos a Portugal, destinado ao funcionamento de construções escolares.

ALGARVE, 1.º PRÉMIO NO «TRADE SHOW» DA A.B.T.A.

O pavilhão do Algarve foi distinguido com o 1.º prémio no «Trade Show» (Feira de Turismo) efectuado em Lisboa, no decurso do Congresso Anual da A. B. T. A. (Associação Britânica dos Agentes de Viagens).

O troféu correspondente à distinção foi entregue por Artur Dierick (Presidente da A. B. T. A.) a Cabrita Neto (Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve). Refira-se que tal prémio distingue toda a actividade turística e hoteleira algarvia, dos sectores oficial e privado, pois que a presença do Algarve nesta importante manifestação turística resultou de uma íntima colaboração entre todos os sectores intervenientes os quais estão representados na Comissão constituida para a A. B. T. A. e cujo esforço e dedicação merecem todo o apreço.

dirigido às entidades competentes no sentido de apoiarem e auxiliarem a sua efectivação, que no final se traduzirá numa maior eficiência e destreza de serviços orientados para a salvaguarda de vidas e patrimónios.

POSTO DE CÂMBIOS do Banco Fonsecas & Burnay no Centro Comercial da Marina de Vilamoura

Relativamente à notícia divulgada por este jornal saída no nosso número 646, de 27-10-77, sob a epígrafe «A Expansão do Banco Fonsecas & Burnay», cabe-nos ressalvar que o respectivo Posto de Câmbios não abriu na Marina de Vilamoura, mas sim no Centro Comercial de Marina de Vilamoura.

Pelo lapsus cometido pedimos as nossas desculpas.

Decorrerá na próxima semana, na Ilha da Madeira, o II Congresso da APAVT (Associação Portuguesa dos Agentes de Viagens e Turismo), o terá a participação de algumas centenas de elementos, não só membros da Associação, como entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao sector turístico. O Algarve estará presente com uma ampla representação, constituída por elementos dos sectores oficial e privado (agentes de viagens, transportadores, hoteleiros,

COOPERATIVAS COMUNISTAS:

A LEGALIZAÇÃO DO ROUBO

(continuação da pág. 1)

dos direitos à propriedade privada que a Constituição consagra, e vão recorrer às instâncias internacionais, para clamor da injustiça de que foram vitimas.

Embora as suas empresas tenham sido espoliadas com o sádico objectivo de propriedade destruição por sabotadores da economia nacional ao serviço do imperialismo soviético, os legítimos proprietários dos bens que criaram vão denunciar corajosamente as trágicas consequências resultantes das ocupações selvagens que são tática corrente em qualquer país quando os social-fascistas pretendem assaltar o Poder através da força bruta, do terror, da anarquia generalizada e do medo.

Muitas das empresas usurpadas se transformaram em cooperativas, mas isso não é mais do que um disfarce para a legalização do roubo.

Na verdade, os trabalhadores validos e honestos e que sejam, de facto trabalhadores no verdadeiro sentido da palavra, não precisam roubar nada a ninguém: num país a caminho do socialismo é ao Estado que compete construir as fábricas e entregá-las aos trabalhadores para eles fomentarem a riqueza do país.

Além disso, se a banca está ao serviço do Povo, os trabalhadores podem exigir apoio dos bancos para erguer as suas próprias empresas...

Assim se constrói uma sociedade mais justa. Roubar é fazer aumentar as injustiças dumha sociedade injusta.

Em recente petição dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Primeiro Ministro e bem assim a outros departamentos governamentais, organizações patronais e embaixadas dos países ocidentais, o MNEU na sua qualidade de representante dos empresários espoliados das empresas de que eram legítimos proprietários trazem em toda a sua extensão o quadro geral da referida situação de injustiça e exige que o Governo decrete algumas medidas com vista a solucionar o diferendo, nomeadamente a «entrega das empresas», a «justa reparação dos prejuízos» além de outras acções».

Depois de asseverarem que nos três anos que se seguiram ao 25 de Abril se cometaram, em nome da Revolução, as maiores e mais infamias violações dos Direitos do Homem na pessoa de portugueses que apenas cometem o crime de criar empresas e postos de trabalho, de fomentar o progresso do País e a riqueza nacional» os subscritores da petição adiantam que os «empresários usurpados não estão dispostos que o crime que contra eles se perpetrou se prolongue por mais tempo».

Segundo aquele documento «o número de empresas que foram ocupadas selvaticamente e entraram em autogestão ou se disfarçaram sob a capa de «cooperativas» eleva-se em todo o País a largas centenas representando milhões de contos de investimentos».

Por outro lado, «muitos dos empresários usurpados encontram-se hoje, e por isso, em situação de autêntico desespero, já que, esbulhados das suas empresas e impedidos de solver os compromissos assumidos na administração das mesmas, vêem-se agora perseguidos pelos credores, correndo muitos deles o risco de perderem todos os seus bens penhorados».

A petição exige também a entrega das empresas, a reparação dos prejuízos e enquanto tal não acontece a adopção de diversas medidas,

designadamente, «decretar moratórias ou o congelamento das dívidas (...), o congelamento ou inexistência de dívidas ao Estado (...), a suspensão e a revisão das falências decretadas com as firmas ocupadas, sem que os donos tivessem sido ouvidos (...), o congelamento das ações de despejo (...) e a concessão aos empresários usurpados dos benefícios normais de previdência, assistência médica e medicamentosas».

Por fim, o MNEU garante que a não ser dada uma resposta favorável à sua petição, os empresários recorrerão às instâncias internacionais, nomeadamente ao Conselho da Europa, à comissão Europeia dos Direitos do Homem e ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem com o objectivo de denunciar «o crime que o Estado português consentiu que se cometesse».

F. A.

INVENTÁRIO

do Património Literário deixado

pelo Dr. Francisco Ataíde

(continuação da pág. 1)

S. Bartolomeu de Messines; Monografia de Ponches; Monografia de Alvor; Monografia do Concelho de Olhão da Restauração; Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António; Monografia de Estombar; Monografia da Luz de Tavira; Monografia de Algoz; Monografia do Concelho de Loulé; Monografia de Estoi; Contos Infantis (e volumes, cada um respectivamente para o sexo feminino e masculino); Contos Tradicionais do Algarve (2 volumes); Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve; Romanceiro e Cancioneiro do Algarve; Biografia de D. Francisco Gomes e Memórias para a História Eclesiástica do Algarve.

As obras mais representativas são Contos Tradicionais do Algarve, Contos Infantis, Cancioneiro e Romanceiro do Algarve e As Lendas das Mouras Encantadas e Encantamentos do Algarve, este último livro foi editado em 1898, em Tavira.

Tenha cuidado

com as garrafas de gás

As garrafas devem distar pelo menos 0,5 metro de interruptores ou ligações eléctricas.

Nunca abra uma torneira do aparelho de queima sem ter primeiramente uma chama junto do queimador que pretende acender.

Não se ausente sem se certificar que não existe risco de se apagar a chama dos queimadores do fogão ou do forno, por derrame de líquidos em fervura ou devido a fortes correntes de ar (movimento brusco da porta do forno).

A montagem de esquentadores e fogões deverá ser sempre acompanhada ou verificada pelos mecanicos especializados.

Os caloriferos devem ser utilizados somente em salas amplas ou ventiladas.

PIZÓES

UMA AGUARDENTE DE MEDRONHO ESPECIAL Que se recomenda

A PROVA... ESTÁ NA PROVA

CLONA - Mineira de Sais Alcalinos, S. A. R. L.

(continuação da pág. 3)
87,9% do valor total da produção do exercício ao preço de venda.
Lisboa, 24 de Março de 1977.

A Administração,
Manuel Pereira Júnior

ACTA N.º 32

Aos trinta e um dias do mês de Março de mil novecentos e setenta e sete, pelas nove horas, reuniu o Conselho Fiscal da CLONA — Mineira de Sais Alcalinos, SARL, com a presença do seu Presidente, Alferado Carlos Corrêa e do vogal do mesmo Conselho, Adelino António Clemente Paiva, para dar parecer sobre o Balanço, Contas e Relatório da Administração — tudo relativo ao exercício de 1976 — mil novecentos setenta e seis.

Pelo Presidente foi aberta a sessão e no uso da palavra salientou a sua impossibilidade, por doença, que o obrigou a ausentar-se de Lisboa por longo tempo, de estar presente em data anterior para a realização, em tempo oportuno, desta reunião.

Procedeu-se seguidamente à análise do Balanço, Contas e Relatório da Administração, tendo-se deliberado emitir o seguinte PARECER DO CONSELHO FISCAL:

Há já muito tempo que este Conselho vem nas suas reuniões periódicas registando em Actas os factos anômalos decorrentes das más relações que se desenvolveram entre os serviços do escritório da Sede em Loulé e ao da Delegação em Lisboa, onde se centraliza todo o movimento de expediente e de Contabilidade. Desses factos deu o Conselho Fiscal conhecimento à Administração, que sempre se mostrou preventivamente conhecedora deles, tendo o Conselho Fiscal recomendado a tomada de medidas concretas a cujo prazo não só tendentes à normalização daquelas relações, como também das relações entre a Administração, a Comissão de Trabalhadores de Loulé e os trabalhadores da Empresa em geral.

O Relatório da Administração elaborado em 24 de Março de 1976 (vinte e quatro do mês de Março de mil novecentos e setenta e seis) que, pelo atraso da sua elaboração contribuiu também para o atraso verificado no presente parecer, refere que as dificuldades que à Administração se deparou na gestão da Empresa em 1975 e 1976 (nos anos de mil novecentos e setenta e cinco e setenta e seis) não foram superadas, não obstante as repetidas recomendações deste Conselho Fiscal, não tendo noadamente sido resolvidos os desentendimentos entre a Administração e a Comissão de Trabalhadores de Loulé que tanta prejuízo causaram à Clona. Na medida em que a exploração da Clona se mostra deficitária a cobertura de tais prejuízos só poderá ser feita à custa de novos débitos, a criar pela Clona e, portanto, na criação de novos credores ou elevação dos créditos dos credores já existentes. Porém haverá que ter presente que a capacidade de obtenção de meios financeiros numa Empresa com exploração deficitária é diminuta ou nula.

Entende este Conselho que sem uma perfeita normalização das relações entre aquelas duas entidades — Administração e Comissão de Trabalhadores — que conduza ao cumprimento de cada uma delas das obrigações inerentes às suas funções e naturalmente ao usufruir dos seus direitos, a Empresa não poderá recuperar da difícil situação económica e financeira em que se encontra e que a prolongar-se por mais tempo esta situação se correrá o risco da destruição da CLONA com a irreparável perda para os accionistas dos capitais nela investidos, como também os seus credores que nela confiaram perderão os seus créditos afectando eventualmente os seus trabalhadores e ainda os trabalhadores da Clona perderão os seus postos de trabalho.

Por outro lado, a falta de coordenação dos serviços dos escritórios de Loulé com os de Lisboa não permite a actualização da contabilização a tempo de evitar a criação de situações que impliquem graves sanções quer para a Empresa quer para Técnico de Contas responsável — sanções essas prescritas na lei Fiscal.

No entendimento do Conselho Fiscal, trata-se da necessidade de consciencializar todos os trabalhadores de Loulé e de Lisboa e ainda a Administração das tarefas que a cada um incumbe realizar com o respeito devido pelas funções e responsabilidades dos outros.

A Empresa é e deve continuar a ser considerada como uma harmonização de interesses materiais e sociais de todos os seus colaboradores, no interior da mesma. Nela deverão realizar-se harmoniosamente as operações que permitam as suas relações com o exterior, com os seus clientes de tal modo que, satisfeitas as encomendas destes em quantidades e tempo oportunos, as vendas se transformem em meios financeiros que permitam ocorrer ao pagamento dos ordenados e salários, aos seus fornecedores e às despesas correntes de funcionamento. Existindo um valor residual, ele deverá a título de dividendo ser entregue aos accionistas como compensação ao capital investido — que inicialmente constituíram meios financeiros que permitiram o arranque do emprendimento, sem os quais não existiriam os postos de trabalho hoje ocupados pelos trabalhadores que é mister manter e se possível ampliá-los para que a Empresa colabore na absorção de alguns dos desempregados que na conjuntura económica actual avolumam o nível de Desemprego Nacional.

E quando acima se fala numa harmonização dos interesses sociais e materiais de todos os colaboradores da Empresa, queremos concretamente referir os Accionistas, Órgãos sociais e Trabalhadores.

Este Conselho lamenta que não tenha sido possível, até à data, estabelecer aquela harmonia nas relações de interesses — o que tem impedido o mesmo Conselho de cumprir cabalmente a sua própria missão fiscalizadora e de exigência do cumprimento das determinações legais e estatutárias — situação que a manter-se levará seguramente à renúncia do mandato dos seus membros.

O deminuto aumento, em termos reais, do volume de produção de sal no ano de 1976 (mil novecentos setenta e seis) que se cifrou em cerca de 666 (seiscentos sessenta e seis) toneladas, representa o irrisório aumento de 1,45% em relação ao volume de produção de 1975 (mil novecentos setenta e cinco). O aumento do preço unitário de venda por tonelada operado em 1976 (mil novecentos setenta e seis) traduziu um acréscimo nas receitas de 17,8% do valor das vendas em 1975, no valor global das vendas de 1976. Este aumento de receitas que montou a 1507 contos não permitiu a Empresa sair ainda do ciclo, já longo, de exploração deficitária.

Assim, o prejuízo da exploração no exercício de 1976 foi de Esc. 1.874.833\$55 (um milhão oitocentos setenta e quatro mil oitocentos trinta e três escudos e cinquenta e cinco centavos).

As potencialidades da Clona continuam a ser reais e as possibilidades de ampliar a sua rede de clientes são positivas.

O Conselho Fiscal entende que o que falta na Clona é:

— Uma Administração capaz, que inspire confiança e segurança aos Trabalhadores e aos Accionistas;

— Um perfeito entendimento entre a Administração, a Comissão de Trabalhadores e os trabalhadores entre si, para que se crie um bom clima de trabalho e se promova a elevação a níveis aceitáveis dos baixíssimos graus de produtividade do trabalho que se tem verificado.

— Meios financeiros para o investimento em equipamento próprio e capaz de aumentar substancialmente a extração do sal gema, preparando-se a Empresa para responder à ampliação do seu mercado consumidor, nomeadamente com o arranque das indústrias a implantar no Complexo de Sines que encontram no sal gema a matéria prima para a fabricação dos seus produtos.

Em resumo, Ex-mos Senhores Accionistas, na difícil situação conjuntural que a Clona atravessa, dado que a Administração não tem sido possível dar cabal seguimento às muitas recomendações que este Conselho Fiscal lhe tem feito, competirá à Assembleia Geral dos Accionistas,

no propósito de evitar a queda em plano inclinado, senão no vertical, o que implicaria a falência da Clona, em todas as consequências conhecidas, acrescidas da falta de abastecimento de indústrias básicas para a Economia Nacional, dizíamos, competirá à Assembleia decidir, como órgão soberano da Empresa, as medidas urgentes que se impõem tomar.

Nestes termos o Conselho Fiscal propõe que a Assembleia se pronuncie sobre os seguintes pontos:

1 — Autorizar a Administração a contactar um grupo de Técnicos que farão um estudo de viabilidade económica da CLONA e simultaneamente um estudo de reestruturação da Empresa propondo as alterações julgadas necessárias quer na estrutura da Administração, quer nos serviços de modo a assegurar a continuidade da Empresa, redimensionando-a para a sua introdução em novos mercados nacionais e estrangeiros.

2 — Após a marcação do prazo de entrega dos estudos pelo grupo de Técnicos, deverá ser convocada nova Assembleia Geral dos Accionistas, para discussão, alteração e aprovação do estudos e execução das medidas consideradas convenientes para se atingir os objectivos propostos nos estudos, tendo sempre presente os interesses dos

Trabalhadores,
Credores,
Accionistas.

3 — Eleger um Conselho de Administração, cujos membros terão funções bem definidas pela Assembleia, os quais deverão responsabilizar-se pelo exacto cumprimento das suas funções, devendo cada um deles, com respeito pelo estudo aprovado, apresentar no prazo de um mês, após a sua posse, os planos de desenvolvimento da Empresa, relativamente ao sector dos seus pelouros, naturalmente coordenados através de reuniões do Conselho de Administração, que lavrarão actas, com o desenvolvimento harmónico global da Empresa.

Mensalmente os Administradores apresentarão à Assembleia Geral ou a um grupo de Trabalho eleito naquela Assembleia, o relatório das actividades desenvolvidas nos respectivos sectores, de molde a mostrarem o cumprimento dos planos pré fixados e, por ventura, as razões e explicações dos desvios entre as previsões e as realizações.

4 — Definir com rigor as funções da Comissão de Trabalhadores enquanto o Governo da Nação não promulgá-las sobre a matéria.

5 — Promover uma reunião com todos os trabalhadores e accionistas com vista ao esclarecimento total da situação actual da Clona, das medidas que estão a ser tomadas, dos estudos que irão ser elaborados e dos planos orientadores da actividade futura da Empresa, de modo a que todos tomem consciência da quota-parte de responsabilidade que a cada um caberá para o ressurgimento da Clona.

Enfim, postas as questões que mais preocupam este Conselho — questões que dizem respeito à sobrevivência da Clona —, resta-nos terminar o nosso parecer com as declarações de que:

Não se verificaram alterações, no decurso do exercício de 1976 (mil novecentos setenta e seis), dos critérios valorimétricos adoptados na avaliação do património da Empresa.

Atestamos a exactidão do Balanço e da Conta de Resultados que em nosso entender mereceu a vossa aprovação.

Expressamos uma vez mais os nossos desejos da melhoria das relações entre todos os que directa ou indirectamente colaboraram na Empresa.

Lisboa, 31 de Março de 1977.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada às quinze horas, pelo que se lavrou a presente acta.

ACTA N.º 23

Aos trinta e um dias do mês de Março de mil novecentos e setenta e sete, reuniu, pelas dezassete horas, nos termos da convocatória publicada no Diário da República n.º 62-III Série de quinze de Março de mil novecentos e setenta e sete e sete, na delegação em Lisboa de Clona — Mineira de Sais Alcalinos, SARL, sita na Av. Duque d'Ávila, 95-4.

andar, a Assembleia Geral Ordinária dos Accionistas desta sociedade.

Aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia, foi dada a palavra, a seu pedido, ao vogal do Conselho Fiscal, que informou a Assembleia da impossibilidade de comparecer à mesma do Presidente daquele Conselho. O qual, tendo presidido à reunião de hoje daquele mesmo Conselho Fiscal, que se prolongou desde as nove horas até às quinze horas, se sentiu indisposto por recaída da doença que o tem afectado. Em virtude deste facto e por considerar imprescindível a sua presença na Assembleia, propôe que a mesma seja interrompida para reiniciar em data oportuna. Esta proposta foi aprovada por todos os presentes, pelo que a Assembleia foi considerada suspensa a partir de hoje, dia trinta e um de Março de mil novecentos e setenta e sete. Continuada a sessão pelas dezassete horas do dia vinte e quatro Junho, foi pelo Presidente do Conselho Fiscal lida a acta n.º trinta e dois daquele Conselho, que contém o parecer sobre o Balanço, Contas e Relatório da Administração, tendo sido estes documentos aprovados por unanimidade.

Após várias considerações feitas pelo Presidente do Conselho Fiscal, entrou-se na apreciação da Proposta deste Conselho, constante de cinco pontos, referidos na já citada acta n.º trinta e dois.

Pedi a palavra o accionista Manuel Pereira Júnior, Administrador da empresa, para dar a sua concordância àquela proposta do Conselho Fiscal, declarando a sua convicção de que é urgente a contratação dos técnicos para a realização do estudo de viabilidade da Clona e do de reestruturação urgente de todos os serviços desta Empresa. Posto pelo Presidente da Assembleia à votação a citada proposta, foi a mesma aprovada por todos os presentes, tendo sido também por unanimidade deliberado que um membro do Conselho Fiscal, acompanhado pelo Técnico de Contas, ambos mandatados por esta Assembleia, se desloquem à Sede da Empresa, em Loulé, a fim de esclarecerem a Comissão de Trabalhadores em particular, e os Trabalhadores em geral, das deliberações tomadas nesta Assembleia.

O vogal do Conselho Fiscal, no uso da palavra, leu a Acta n.º trinta e três deste Conselho, relativa à reunião realizada em dezembro de Maio do presente ano, na qual foi deliberado que se remetesse para esta Assembleia a resolução das questões postas pelo Dr. Jacinto Duarte, por carta de dez de Maio, dirigida ao Conselho Fiscal e pelo Técnico de Contas, por carta de quinze daquele mesmo mês.

Nesta altura, pediu novamente a palavra o accionista Manuel Pereira Júnior, para informar ter já revogado as procurações por ele passadas a favor do Dr. Jacinto Duarte, muito em especial a passada em quinze de Março último, em que lhe dava determinados poderes de Administração.

Mais informou que a revogação foi feita por telegrama de ontem, confirmado por carta do mesmo dia. Esta revogação, segundo o mesmo accionista referiu, foi feita com invocação de justa causa, consubstanciada nos seguintes pontos, que textualmente se transcrevem:

1 — Sem qualquer contacto prévio com a Administração da empresa exigiu aos nossos dois principais compradores de sal e dos quais dependemos em absoluto (Uniteca e Cuf), um aumento de 15% (quinze por cento) no preço do sal, sem que este aumento fosse precedido dos normais contactos com aquelas empresas, no sentido de se obter mútuo acordo, como tem acontecido sempre, este facto fez, como exemplo, com que uma das empresas já tivesse posto superiormente o problema ao Secretário de Estado de Energia e Minas.

2 — Também sem qualquer contacto prévio com a Administração da empresa excedendo mesmo os limites legalmente estabelecidos, concedeu aos trabalhadores da mina um aumento geral de 1000\$00 (Mil escudos) no vencimento mensal além de cincuenta por cento da produção no excedente mensal de cinco mil e quinhentas toneladas; esta medida é considerada extremamente gravosa para a Empresa, podendo ter sérios

reflexos na sua sobrevivência; além disso, está flagrantemente em contraste com o referido aumento do preço do sal, imposto unilateralmente aos nossos dois maiores clientes. Esta medida pude constatá-la, pessoalmente e através duma nota fixada no pôr número um no local visual das comunicações aos trabalhadores.

3 — Além disso, havia sido combinado entre V. Ex.º e a Administração, uma proposta a apresentar aos trabalhadores e que representava um aumento de vencimento para eles. São passados dois meses e meio e desconheço se chegou a ser apresentada aos trabalhadores e qual a sua resposta. Em flagrante desrespeito com essa combinação, V. Ex.º, unilateralmente, resolveu e concedeu o aumento referido no número anterior.

4 — A partir de quinze de Março e até ao princípio de Junho, por consequência desde que V. Ex.º começou a utilizar a referida procuração, ordenou V. Ex.º que não fossem enviados para Lisboa quaisquer elementos de contabilidade ou outros, o que ocasionou que não fosse possível proceder à escrituração dos livros, incorrendo o Técnico de Contas em responsabilidades profissionais que declinou, por escrito, à Administração e ao Conselho Fiscal.

5 — Finalmente, sem dar conhecimento prévio à Administração, ausentou-se V. Ex.º para o Estrangeiro, abandonando, portanto, os serviços que lhe estão confiados, com o risco de graves problemas.

Acrescentou ainda o mesmo accionista Manuel Pereira Júnior, que os Bancos com que a Clona trabalha, igualmente foram informados da revogação daquelas procurações.

A Assembleia deliberou incluir na missão de que já incumbira um membro do Conselho Fiscal e o Técnico de Contas, na sua deslocação a Loulé, o esclarecimento dos trabalhadores sobre este ponto.

Tendo a Assembleia tomado também conhecimento do teor da carta endereçada ao Conselho Fiscal, em quinze de Maio último, pelo Técnico de Contas da Empresa, referida na acta n.º trinta e três do mesmo Conselho Fiscal, pronunciou-se no sentido de considerar extremamente graves os factos nela apontados, principalmente se se confirmar que a falta de remessa de elementos para a boa regularização da escrita não se deve a descuido ou eventual atraso, mas a uma intenção propósito e irresponsável, consoante o ponto n.º quatro, dos motivos de justa causa, invocados pelo Administrador Manuel Pereira Júnior para a revogação das procurações do Dr. Jacinto Duarte. Sobre este aspecto, deliberou a Assembleia que este ponto também fosse considerado na deslocação a Loulé, dos dois elementos atrás citados.

Nesta altura, o Presidente da Assembleia informou a mesma do teor de uma carta datada de um de Junho corrente, assinada por seis trabalhadores, em nome da respectiva Comissão de Trabalhadores da mina.

Ponderados os pontos nela focados, entendeu a Assembleia que eventuais problemas que fossem provocados pelas decisões já tomadas, poderão ser facilmente ultrapassados no esclarecimento a prestar pelos mandatários desta Assembleia, na sua próxima deslocação a Loulé. Para o efeito, conta a Assembleia com a boa vontade e espírito de compreensão dos trabalhadores, tendo em atenção que se pretende dotar a empresa com os meios técnicos e administrativos necessários e suficientes, para que sejam ultrapassados e resolvidos todos os graves problemas que se lhe têm deparado, o que, afinal, reverterá em proveito de todos.

Finalmente, e enquanto não for apresentado o estudo do grupo de técnicos, referido no ponto n.º um da acta n.º trinta e dois do Conselho Fiscal, quanto a reestruturação dos serviços da empresa e atendendo a que urge tomar medidas a muito curto prazo, no sentido de assegurar à Empresa as condições mínimas indispensáveis a uma melhoria da sua gestão, a Assembleia deliberou, por unanimidade, tomar para já as seguintes:

1 — Contratar um Director Ad-

(continua na pág. 7)

CLONA - Mineira de Sais Alcalinos, S. A. R. L.

(continuação da pág. 6)
ministrativo e Financeiro ao qual será outorgada uma procuração com poderes para obrigar a Empresa, em conjunto com o Administrador ou um procurador.

2 — Contratar o Técnico de Contas para Adjunto da Direcção Administrativa e Financeira, o qual manterá a sua qualidade de Técnico de Contas, sendo-lhe também outorgada uma procuração com poderes para obrigar a Empresa, nas condições fixadas no número anterior.

3 — Contratar um Director Técnico, responsável pelos serviços técnicos da mina, a quem será outorgada procuração para assinatura de cheques, conjuntamente com o Director Administrativo e Financeiro ou o seu Adjunto.

4 — Contactar um Consultor Jurídico para a Empresa.

5 — Contratar um Técnico, que se deslocará a Loulé alguns dias por semana, para ali representar a Administração na resolução e coordenação de questões ligadas a todos os sectores (produtivo, comercial e administrativo), informando em reunião com os restantes elementos directivos da empresa, do andamento das questões. Igualmente lhe será outorgada uma procuração nos termos e para os efeitos do n.º seis.

6 — Todos os contratos documentos e cheques que obriguem a Clona, terão obrigatoriamente a assinatura do Director Administrativo e Finan-

ceiro ou do Adjunto da Direcção Administrativa e Financeira além da assinatura do Administrador ou de procurador com poderes bastantes.

7 — Haverá, periodicamente, uma reunião em Loulé, entre o representante da Administração, referido no número cinco, o Director administrativo e Financeiro ou o Adjunto deste Director, o Director Técnico e a Comissão de Trabalhadores de Loulé, a fim de serem ouvidos os trabalhadores e esclarecidos da situação da Empresa e das medidas que serão postas em prática, para salvaguardar os interesses de todos. Destas reuniões serão lavradas actas.

8 — Trimestralmente, o Conselho Fiscal, a Administração, a Direcção Técnica, a Direcção Administrativa e Financeira e o Técnico referido no número cinco, reunirão informalmente com o Presidente da Assembleia, ao que apresentarão relatórios sobre a situação de cada um dos sectores e propostas de medidas a tomar para a melhoria dos seus serviços em particular e da actividade da Empresa em geral, lavrando das reuniões as respectivas actas.

Encerrada a sessão pelas vinte e três horas por nada mais haver hoje a tratar, foi lavrada a presente acta, que vai assinada pelo Presidente desta Assembleia.

Lisboa, vinte e quatro de Janeiro de mil novecentos e setenta e sete.

Assinatura ilegível

CAMIÃO

Vende-se um camião pesado, de caixa fechada, próprio para feirantes, congelação ou mercadorias.

Tratar no Café Hilário — Junto ao Quartel dos Bombeiros — LOULÉ.

(2-2)



PRODUTORA DE ENCHIDOS E PRESUNTOS

J. M. GREGÓRIO DE SOUSA

R. Afonso de Albuquerque, 20-22 — LOULÉ

PRODUTOS GREGÓRIO

PRESUNTOS — BANHAS — PAIOS — TORRESMOS — CHOURIÇOS — LOMBOS — SALPICÃO MORCELA

Todos os produtos são fabricados a partir de conserva e mão de obra exclusiva e tipicamente alentejanas

CONSULTE-NOS

TORNE O SEU LAR MAIS ACOLHEDOR

COMPRANDO MÓVEIS E ESTOPOS NOS

Estabelecimentos
Manuel Rodrigues Cruz, Lda.

ALMANCIL

Telefone 94153

Sucursal: Rua do Pé da Cruz, 46 — FARO

A VOZ DE LOULÉ

A Voz de Loulé, n.º 650 de 24-11-77

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito desta comarca de Loulé, nos autos de providência cautelar para garantia de penhor constituído com o n.º 168-A/76 que correm termos pela 1.ª secção, em que são requerentes José Coelho Júnior, proprietário e mulher Maria da Esperança Coelho, residentes na Avenida Infante de Sagres, no povo e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé e requerido EVANDRO DE MAGALHÃES VIANA, casado, actualmente em parte incerta e com a última residência conhecida na Avenida Infante de Sagres atrás referida, é o dito requerido notificado do despacho proferido a fls. 15 e 16, o qual decretou o depósito do recheio do estabelecimento constituído por Restaurante Snack-Bar «Toca Aqui», instalado no rés do chão, direito cave, na fracção C do prédio urbano Sul Nascente do Bloco E, situado na Avenida Infante de Sagres, recheio que já havia sido dado em penhor, diligência que se efectuou em 14 e 15 de Julho último, tendo sido nomeado depositário Carlos Felizardo Viegas, casado, comerciante, residente em Quarteira, podendo deduzir embargos e agravar do despacho dentro do prazo de 8 dias que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª e última publicação do respectivo anúncio, encontrando-se a cópia do despacho à disposição do notificando, na respectiva secção.

Loulé, 2 de Novembro de 1977.

O Juiz de Direito,
Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
João do Carmo Semedo

QUARTEIRA

VENDE-SE APARTAMENTO

100 metros da praia, com 3 assoalhadas.
Informa telef. 62328 — LOULÉ.

(3-3)

ALUGAM-SE

Terrenos bem localizados para construção de armazéns, com água e luz. Trata Aurora das Dores — Estação de Loulé — Telef. 62623.
(3-2)

Aos produtores de laranjas

Grupo de jovens desempregados aceitam trabalho para apanha de laranja, de empreitada ou com salário a combinar.
Carta a este jornal ao n.º 38.

(3-1)

A Voz de Loulé, n.º 650 de 24-11-77

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

Anúncio

(1.ª publicação)

Pela 1.ª secção do Juízo de Direito da comarca de Loulé, correm éditos de 20 dias, contados da data da 2.ª e última publicação do presente anúncio, citando os credores desconhecidos do Réu EVANDRO DE MAGALHÃES VIANA, casado, comerciante, residente na Avenida Infante de Sagres, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé para, no prazo de 10 dias posteriores ao dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos pelo produto do penhor constituído sobre que tenham garantia real, nos autos de acção especial de venda de penhor n.º 168/76 que lhe movem os Autores José Coelho Júnior e mulher Maria da Esperança Coelho, residentes na referida freguesia de Quarteira.

Loulé, 16 de Novembro de 1977.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

EMPREGADA

Precisa-se, com prática de balcão. De preferência encartada.

Dirigir carta a este jornal ao n.º 37.

PROPRIEDADES

VENDEM-SE

Uma situada em Vale de Éguas, com terra de semear e árvores, com 70 000 m² e outra nas Areias de Almansil, com terra de semear e pinheiros, com 14 000 m².
Informa pelo telef. 94174 — ALMANSIL.

AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

De todo o coração agradeço a graça tão rapidamente concedida.

Algarvia, residente na Venezuela

A Voz de Loulé, n.º 650 de 24-11-77

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA DE LOULÉ

Anúncio

(2.ª publicação)

Por este Juízo, na acção de divórcio n.º 47/77 que, na 2.ª Secção, Domingos Martins Pinheiro, pedreiro, residente em França, move contra sua mulher MARILIA DA CONCEIÇÃO CORREIA MILHARUCO, ausente em parte incerta de França a cuja última morada conhecida foi no sítio dos Cavacos, Quarteira, Loulé, correm éditos de 30 dias, a contar da 2.ª publicação deste anúncio, citando a referida ré para, no prazo de 20 dias, que comece a correr depois de findo o dos éditos, contestar a d.ª acção, pela qual o autor pede que seja decretado o divórcio, com fundamento no abandono por mais de 3 anos e na separação de facto por 6 anos consecutivos.

Loulé, 4 de Novembro de 1977.

O Escrivão de Direito,
João Maria Martins da Silva

Verifiquei.

O Juiz Substituto,
Miguel Teixeira Ribeiro

Para armazém ou escritório

Aluga-se uma casa de rés-do-chão, situada na Praça da República. Óptima para armazém ou escritório.

Nesta redacção se informa.

(3-2)

VENDE-SE PROPRIEDADE

Com casas de habitação a 2 Km de Loulé.
Informa D. Graciela Cristina na R. Manuel Belmarço, 17 — FARO.

(3-1)

MOTORIZADA

VENDE-SE

Puch 50 cc, 6 velocidades, em bom estado.

Tratar pelo telef. 22949 — FARO.

(3-3)

CARPINTEIROS

PRECISAM-SE CARPINTEIROS DE LIMPO

TRATAR NO HOTEL ALFA-MAR — PRAIA DA

FALÉSIA — TELEFONE 66224 — ALBUFEIRA

Quotidianos

a crónica de
JOSÉ MANUEL MENDES



«PUNK»: A violência como meio e como objectivo

Isto de estarmos muito bem, rotineiramente enfileirados num determinado curso de vida, e de repente darmo-nos conta de que apareceu uma nova moda, uma nova «onda», quando nós deveríamos estar nela, quando nós próprios deveríamos ser a «onda», é mau sinal. É sinal de que estamos a ficar velhos.

Aqui, constatamos mesmo com um certo pânico interior, envergonhadamente confidenciado a este ou àquele companheiro de geração, que já não estamos preparados para mudar quando as estruturas mudam, ou, pelo menos, ter o tempo de reacção bem afinadinho, pronto a responder a todas as solicitações destas alterações conjunturais do sistema social que nos engloba.

Nem podemos sequer arriscar muito em condenações preoces e primárias, pois está provado que, mais cedo ou mais tarde, os auto-arvorados juízes da geração seguinte, são sempre ultrapassados inapelavelmente, e ficam tempos depois isolados no ridículo das suas acusações, enterrados nas suas poças de virtude, marginalizados pelos excessos da sua hipocrisia. Só assim se explica que, hoje em dia, seja geral o sorriso de troça por todo o leque de preconceitos que o «tempo dos coronéis» da telenovela do Dr. Mundinho e Companhia retrata, quando foi uma época que existiu na realidade, bem como verdadeiras foram as situações e as personagens descritas, e que hoje se podem considerar na pré-história do progresso social da humanidade, conceito aliás bastante discutível.

Olhemos mais recentemente. Quem se preocupa hoje com o comprimento de cabelo que os Beatles usaram em 1962, ou com o arvorar da bandeira «make love, not war» do movimento «hippie» da segunda metade da década de sessenta, com a mensagem de Woodstock, etc.? Quem se preocupa hoje com a calça «à boca de sino», ou com a altura de uma saia?

No entanto, estas alterações tiveram na data do seu aparição fúriosos opositores, fanáticos defensores de um «status quo», que teimavam em manter incólume.

Vem isto a propósito de uma nova «onda»: o Punk. Local de nascimento: a Inglaterra.

Em que consiste, pois, o «Punk»? Quais as suas características principais? Como se define um «punkista»?

Não queremos tirar conclusões precipitadas, mas pelas informações que nos chegam, não se tornam animadores os parâmetros em presença.

Não nos preocupa sobremaneira que «eles» e «elas» usem o cabelo rapado na nuca, ou «à escovinha». Tampouco que espetem na pele do nariz ou das orelhas, ou do pescoço, alfinetes, lâminas de barbear, ou outras que usem nas camisas os slogans mais agressivos contra tudo e todos os filhos da... do mundo, e sequer que pendurem ao pescoço uma colher com uma medalha de lata indicando: «eu sou feio!»

Longe de mim ralar-me que os «punks» tenham absoluta aversão por banho e por tudo o que diga respeito a limpeza, muito especialmente, se cumprimem a primeira parte da frase: estarem longe...

O diabo seja cego, surgo e mudo, se estivesse em mim a intenção de criticar indivíduos que criaram um estilo de dança, o Pogo, que consiste em «dar pequenos saltos sucessivos empurrando as pessoas que estão ao lado, até que elas caiam para o chão». Muito menos me atinge que esses mesmos indivíduos dancem o Pogo ao som dos seus artistas específicos e preferidos, Sex Pistols (Pistolas Sexuais), ou Jonhy Rotten (João Podre). Agora que a mensagem do «Punk» traga como objectivo principal a imundície mental, a ociosidade generalizada, e, muito especialmente, a violência como sistema trata-se, para além de uma óptica de sociedade futura com a qual discordo frontalmente de um tipo de pornografia estrutural, tanto ou mais nociva que a pornografia convencional do sexo ou da violência, dado que, para além da degeneração da Humanidade, visa a sua própria destruição!

Tende a aumentar a emigração portuguesa em 1978

(continuação da pág. 1)
ano, a corrente migratória organiza-
da a partir de Portugal.

Na previsão salienta-se, paralelamente, a diversificação dos países de destino, ocupando o Canadá, Estados

Unidos e Austrália o lugar mais importante.

O relatório citado igualmente estima, em 1978, a recolocação de cerca de 62 mil emigrantes e refugiados.

Câmara Municipal de Loulé ausulta as freguesias do seu concelho

Com vistas ao preparo de um programa de acção e enquadramento de actividades no exercício de 1978, a Câmara Municipal de Loulé, representada pelo seu presidente e respectiva edilidade, tem vindo a estabelecer contactos com as Juntas de Freguesias e membros da Assembleia Municipal.

Por ordem alfabética das localidades, todo o corpo da edilidade louletana, para se integrar convenientemente da índole dos problemas e das carências concelhias, tem-se deslocado, portanto, às povoações adstritas à sua jurisdição.

Como se sabe as necessidades são

Está em organização o Serviço de Avisos do Algarve para servir a agricultura regional

Através da Direcção Regional Agrícola do Algarve, está em organização o Serviço de Avisos do Algarve, à semelhança do que já se fez em várias zonas do País, e que tem por missão bem servir a agricultura regional.

As suas instalações funcionam inicialmente na Avenida da Repúbl. ca, n.º 174, 1.º, em Faro.

Entre as suas incumbências consta-se a emissão de aviso e informações agrícolas, cuja divulgação se processará pelos canais correntes publicitários, ou seja por intermédio dos órgãos de comunicação social.

Em 1978 os transportes serão mais caros

Para explicar o previsível aumento das tarifas dos transportes públicos em 1978, o Ministro dos Transportes, Rui Vilar, anunciou que «não é possível diminuir as tarifas quando aumenta o preço dos combustíveis e sobem os juros das empresas que estão fortemente descapitalizadas, necessitando de recorrer a capitais alheios».

Ainda bem que nacionalizaram as empresas rodoviárias para as colocar ao serviço do povo, pois só assim temos os transportes cada vez mais caros...

Só é pena que não dêm lucros fabulosos, que permitam desviar verbas fabulosas para construir mais estradas, mais escolas, mais hospitais... para benefício do Povo.

A conversa era bonita, mas a realidade é diferente...

Igualmente bem servidos ficámos com «a banca do Povo», pois se um indivíduo quiser comprar agora um electrodoméstico a prestações, «ape-nas» terá de pagar pouco mais de 26% de juros.

Digam lá agora que não foi uma ideia genial aquela de tirar a banca aos capitalistas exploradores!...

900 MIL CONTOS É QUANTO MONTA A DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA ÀS FARMÁCIAS

Depois dos últimos pagamentos determinados pelo Governo ascende ao montante global de 900 mil contos o débito da Previdência às farmácias, devido a fornecimentos de medicamentos a crédito por estes estabelecimentos, assim dá a conhecer um comunicado recentemente emitido pela Associação Nacional das Farmácias.

Perante as circunstâncias a ANF decidiu convocar assembleias distritais para apreciação de eventual adesão à moção votada em Lisboa que exige do MAS um reforço adicional de 150 mil contos para pagar a totalidade dos débitos de Julho e

muitas e a resoluções que preconizam, e bem que tidas em linha de conta, ficarão dependentes da dotação de verbas a distribuir pelo Governo.

Espera, entretanto, a edilidade louletana, que em fase preliminar à

atribuição de verbas, as Câmaras sejam ouvidas em reunião, para que as entidades responsáveis pela dotação orçamental, providenciem uma dotação mais consentânea com as exigências do Concelho de Loulé.

QUARTEIRA carece de um posto permanente de luta contra incêndios e naufrágios

Quarteira, que tem sido bafejada pelo turismo, ao qual muito lhe deve, forma hoje um agregado urbano e habitacional de razoável grandeza. Pelo impulso adquirido ninguém ousará afirmar que o seu dimensionamento se confinará aos limites actuais.

Tudo indica que o surto de crescimento que experimenta, de há uns anos para cá, ainda ocasionará a admissível amplitude da sua periferia, a breve ou a médio prazo.

Contudo, é de referenciar que esta localidade não dispõe de qualquer simples serviço de combate a incêndios ou a naufrágios, o que nos parece uma contradição em relação aos reveladores sintomas de progresso acima aludidos.

Ora, parece-nos que este óbice não é de somenos importância; é, quanto a nós, de feição primordial.

Julgamos, portanto, que Quarteira, onde as edificações de grande porte constituem lugar comum, deva ser dotada de uma secção de bombeiros concelhios, como prolongamento da corporação congénere de Loulé, que aí passaria a dispôr de instalações próprias e permanentes, e ainda de equipamento convenientemente ajustado à específica missão a desempenhar.

Quarteira, como aglomerado de indubitável expressão, requer que seja olhada com realismo, em face

Projecto de Lei subscrito pelo PSD condena organizações de indole fascista

(continuação da pág. 1)

luta política; ou propugnando a supressão ou a restrição dos direitos e das liberdades garantidas pela Constituição, em termos por ela consentidos; ou denegrindo de forma sistemática a democracia pluralista e as suas instituições e propugnando o estabelecimento de uma ordem contrária à do Estado de Direito democrático; ou hostilizando de forma sistemática os valores da autodeterminação, da paz e da justiça nas relações entre os povos».

A prefaciar dentro em breve a publicação neste jornal, em folhetins, de «As Mouras encantadas e os Encantamentos do Algarve», empresta esta que nos abalançamos por considerarmos de extrema valia e significado a obra literária do dr. Francisco Ataíde, vamos inserir algumas entrevistas com certas personalidades algarvias de projeção no conteúdo intelectual português, cujos depoimentos esperamos se revistam de particular interesse.

Pretendemos, como é de entender, recolher testemunhos de inegável autoridade que nos possibilitem credenciar os nossos desígnios perante os organismos competentes e, concomitantemente, oferecer aos nossos estimados leitores um leque de opiniões abalizadas.

Porque tudo isto implica um processo algo lento de captação de subídios colaborante e de consulta, devemos adiantar que teremos de conceder um espaço de tempo razoável, para que os nossos intentos se venham a traduzir em resultados visíveis e práticos, tanto a contento do leitor amigo como de nós próprios, que almejamos ver concretizados os nossos intutos.

Representações teatrais patrocinadas pelo FAOJ

Entre as representações teatrais patrocinadas pelo Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (pertencente ao MEIC), e integradas num apropriado calendário programático, destacam-se as seguintes:

— A 26 do corrente, pelas 21.30 horas, em Martilongo, actuação do Grupo de Teatro da Casa do Povo de Paderne que interpretará «Em casa do Mestre Pathelin»;

— No mesmo dia e com início à hora supracitada, na Casa do Povo de Monchique, pelos Jograis António Aleixo: palestra (pelo prof. Amílcar Q.), recitação de composições de poetas algarvios (jograis infantis) e dicção do Auto do Ti-Joaquim;

— Dia 3 de Dezembro, pelas 21.30 horas, na Casa do Povo de Querença, actuação do Grupo de Teatro da Casa do Povo de Paderne, que levará à cena «Em Casa do Mestre Pathelin»;

— Dia 16 de Dezembro, pelas 21.30 horas, na Casa do Povo de Estoi, exibição do Teatro Experimental de Monchique, que representará «Mar», de Miguel Torga.